

CARTA DE SÃO PAULOⁱ

São Paulo, 06 de agosto de 2023.

O 50º Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS-CRESS dos CRESS da Região Sudeste, realizado entre os dias 04 e 06 de agosto de 2023 na cidade de São Paulo, é um espaço de organização político-administrativo, democrático, coletivo, com o objetivo de fortalecimento da categoria profissional, tendo como tema “E o Serviço Social como fica? Os desafios da profissão diante do conservadorismo, do neofascismo e da retomada do governo democrático popular e de frente ampla”.

O Conjunto CFESS-CRESS, junto a ABEPSS e a ENESSO, vem se constituindo enquanto entidades representativas e combativas ao projeto de sociedade imposto pelo capitalismo, que em sua fase ultraneoliberal acirra as desigualdades sociais e impacta nas condições de vida de toda a classe trabalhadora, incidindo de maneira mais brutal sobre a população negra, mulheres negras e indígenas, as comunidades quilombolas e ribeirinhas, a juventude negra, a população LGBTQIAP+, as crianças, as/os adolescentes, as pessoas idosas e a população em situação de rua.

As expressões da questão social no Brasil ganham magnitude no contexto da crise do capital, agravada pela crise pandêmica da Covid-19, que no contexto de um governo antidemocrático assume um caráter genocida, produzindo uma política de morte ao disseminar o discurso de ódio, a desinformação pela divulgação das *fakes news*, associada ao negacionismo da ciência e ao discurso antivacina.

Nesta direção, as requisições para a profissão ganham novos contornos e exigem um intenso debate sobre a conjuntura nacional e internacional, e os seus dilemas diante do avanço dos setores neoconservadores e ultraneoliberais nos espaços de poder no legislativo, executivo e judiciário, e de suas expressões no processo de relações sociais cotidianas. Por outro lado, vivenciamos o assolamento dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, quando o aumento do lucro pelas empresas acirra as lutas e aprofunda as desigualdades, avançando à extrema pobreza, às custas da vida da maioria da população.

Ainda que as barbáries produzidas pelo capitalismo atinjam o conjunto da classe trabalhadora, é um imperativo ético explicitar o quanto as relações étnico-raciais assimétricas imputam à população negra e indígena situações de constante violação de direitos. Em relação à população negra, composta pelo total de 56,2%, no qual 9,4 % de pessoas pretas e 46,8% de pardos, os dados de mortalidade, desemprego, analfabetismo, insegurança alimentar entre outros, são indicadores inquestionáveis do quanto o racismo estrutural e institucional permeia as relações sociais e reatualizam as raízes da opressão histórica no que se refere às variáveis de classe, gênero e raça/etnia.

O desmonte das políticas sociais, a redução dos direitos da classe trabalhadora e o realocamento do orçamento público na última década se concretizaram por meio de Emendas Constitucionais (EC), como a EC 95/2016, que congela por 20 anos os recursos das políticas sociais; a Reforma

Trabalhista, pela Lei 13.467/2017, que acarretou a perda de direitos trabalhistas e previdenciários; e a recente EC 32/2020 que dispõe sobre os servidores, empregados públicos, com um pacote de reformas que reverberam em medidas também estaduais e municipais, como a o PLC 26, no estado de São Paulo (governo João Dória - PSDB) e o SampaPrev II, que altera o sistema de contribuição dos servidores públicos municipais de São Paulo (governo Ricardo Nunes - MDB).

O desemprego estrutural no Brasil já acumula 14,8 milhões de desempregadas/os, sendo que 64,2% são da população negra. A desigualdade social e econômica afeta diretamente as mulheres pretas: as mulheres brancas ganham 74% a mais do que as mulheres pretas; 12 milhões de brasileiros, a maioria negros, vivem em condições sub-humanas e de moradia precária.

Essa é uma das marcas da crise econômica do capital e se associa ao racismo estrutural, pois a dimensão econômica afeta diretamente a população preta, que nas diversas expressões do racismo vivenciam violações no seu direito à vida, reprodução social, cultura e livre exercício religioso.

Em 2022, os movimentos sociais e políticos do país derrotaram matematicamente, por meio das urnas, o projeto neofacista, conservador, antidemocrático, mas não significa que o projeto conservador foi derrotado nas ruas e no âmbito nacional. Não podemos perder de vista que estas expressões do fascismo e do conservadorismo ocorrem num movimento cíclico próprio do capitalismo, e que o Brasil não está isolado de um movimento de desmonte de direitos e ataques às lutas da classe trabalhadora que ocorrem de maneira disseminada em nível internacional. Neste sentido, as demandas relacionadas à profissão são afetadas tanto pela conjuntura nacional quanto pelas transformações mais amplas no mundo.

Há exemplos, como a recente “**operação escudo**”, que na cidade de Guarujá (Baixada Santista) deixou 16 civis mortos por policiais militares, em uma reprodução do projeto genocida negro/indígena e de manutenção da necropolítica, e o epistemicídio, presente no governo de Tarcísio de Freitas, no processo de recusa de recebimento de materiais didáticos impressos pelo Ministério da Educação para distribuição nas escolas da rede de educação pública do Estado de São Paulo.

Outro exemplo são as últimas chacinas ocorridas nas favelas do Jacarezinho e da Maré (que oficialmente contabilizam mais de 40 corpos negros executados) e os números de crianças vitimizadas em operações policiais no Rio de Janeiro (mais de 100 crianças nos últimos cinco anos). Os dados oficiais não refletem a realidade vivenciada pela população preta e favelada destas localidades, que somam corpos desaparecidos e mortos, e que não contarão com reconhecimento ou justiça, corpos que são invisibilizados no governo de Cláudio Castro, adepto a política de extermínio e de associação a milícias - em extrema articulação com princípios neofacistas.

No Espírito Santo assistimos estarecidas/os a violência validada pelo Estado por meio de seu braço armado no caso do assassinato, em março de 2023, do adolescente Carlos Eduardo Rebouças, no município de Pedro Canário, flagrado pelas câmeras sendo executado a queima-roupa e sem direito a defesa por policiais militares, escancarando mais uma vez o genocídio da nossa juventude negra. Na capital do Estado, a prefeitura municipal avança no projeto elitista

de gentrificação dos espaços públicos de lazer e trabalho da população periférica, decretando em pleno verão o afastamento de até 200 metros dos/as trabalhadores/as dos quiosques da orla de Vitória. Diante das investidas neofascistas, crescem as diversas formas de violência, como acompanhamos na ascensão dos ataques às escolas em todo país, como o ocorrido em duas escolas municipais no município de Aracruz, no Espírito Santo, culminado na morte de 4 pessoas e deixando 12 feridas, desvelando a política de ódio perpetuada pelo desgoverno de Bolsonaro.

No estado de Minas Gerais, assistimos cotidianamente condutas do fascismo, do racismo e de práticas de xenofobia ao anunciar publicamente a frente de estados do sul e sudeste contra o norte e nordeste desse país. Além disso, vivenciamos recentemente o estupro de uma jovem, após ser deixada desacordada na calçada de casa. Esse evento revela o quanto as vidas das mulheres pretas são marcadas historicamente por violências e pela ausência de proteção do Estado. O governador de Minas Gerais (Romeu Zema - Partido Novo) vem empreendendo esforços no sentido de tentar vender as empresas públicas para o grande capital, além das investidas em benefícios das mineradoras, na contramão da defesa ambiental e da vida, a exemplo da Serra do Curral, patrimônio cultural e ambiental de Minas. Esse movimento significa o ataque frontal ao bem viver e aos interesses da classe trabalhadora.

O avanço do projeto democrático popular coloca uma frente ampla com alianças a “partidos políticos” que defendem as pautas conservadoras e fascistas que vão na contramão dos princípios éticos-políticos que orientam o exercício profissional das/os Assistentes Sociais, não resolverá os problemas da classe trabalhadora do Brasil.

Nesse sentido, torna-se necessário fazer a crítica a toda e qualquer forma de orientação política que expõe a classe trabalhadora na sua diversidade de cor, raça, etnia, gênero, identidade e orientação sexual, pessoas com deficiência e às diversas formas de exploração, opressão e violências correlatas.

Nesse período histórico, o Serviço Social é convocado a gerenciar a barbárie produzida pelo capital, e dar respostas imediatas às expressões concretas da questão social nos diversos espaços sociocupacionais. É preciso reafirmar a defesa dos direitos humanos de maneira intransigente, não permitindo a flexibilização dos princípios fundamentais que regem a profissão, não negociando com este Estado extremamente opressor as demandas da classe trabalhadora.

Nós, assistentes sociais, delegadas/os eleitas/os em cada estado do Sudeste, presentes no 50º Encontro Descentralizado, ratificamos o nosso compromisso com as bandeiras de lutas do Conjunto CFESS-CRESS e com a defesa do Projeto Ético-Político, com radicalidade, por uma sociedade sem exploração, sem dominação e sem preconceito.

Seguimos na defesa intransigente dos direitos humanos por uma sociabilidade antirracista, anticapitalista, anticapacitista, antisexistista, antilgbtqia+fóbica, que também precisa se efetivar entre nós, a partir da disputa das narrativas na direção contrária à lógica ultraneoliberal.

ⁱ Documento redigido conjuntamente por representantes do CRESS-SP, CRESS-RJ, CRESS-ES e CRESS-MG.